



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº _____ / _____ (Do Sr. Alex Manente)

Requer informações ao Sr. Ministro da Defesa sobre licitações que proíbem a participação de fornecedores brasileiros e o desestímulo ao desenvolvimento da economia nacional e geração de emprego.

Sr. Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Defesa, **Raul Jungmann**, sobre licitações que proíbem a participação de fornecedores brasileiros, nos seguintes termos:

1. Quais as políticas públicas do Ministério da Defesa visando o desenvolvimento econômico nacional?
2. Quais as políticas públicas do Ministério da Defesa visando a geração de emprego no Brasil?
3. Qual a motivação para o Ministério da Defesa proibir a participação de fornecedores brasileiro em processos licitatórios?
4. Qual a motivação para o Exército proibir a participação de fornecedores brasileiro em processos licitatórios?
5. Qual a motivação para a Comissão do Exército Brasileiro em Washington (CEBW) [Brazilian Army Commission/BAC] proibir a participação de fornecedores brasileiro em processos licitatórios?
6. Qual a motivação para a Comissão do Exército Brasileiro em Washington (CEBW) [Brazilian Army Commission/BAC] proibir a participação de fornecedores brasileiro na licitação para aquisição de 10.500 capacetes balísticos (referência RFQ-0037/2017 - HELMETS, BALLISTIC, LEVEL IIIA PROTECTION)?
7. Qual a nacionalidade dos fornecedores de cada licitação do Ministério da Defesa?
8. Qual a nacionalidade dos fornecedores de cada licitação do Exército? Informar nacionalidade do fornecedor, descrição produto, quantidade de produto, valor total do contrato e valor unitário.
9. Qual a nacionalidade dos fornecedores de cada licitação da Marinha? Informar nacionalidade do fornecedor, descrição produto, quantidade de produto, valor total do contrato e valor unitário.
10. Qual a nacionalidade dos fornecedores de cada licitação da Aeronáutica? Informar nacionalidade do fornecedor, descrição produto, quantidade de produto, valor total do contrato e valor unitário.

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão do Exército Brasileiro em Washington (CEBW) [Brazilian Army Commission/BAC], publicou edital de licitação para aquisição de 10.500 capacetes balísticos PROIBINDO A PARTICIPAÇÃO DE FORNECEDORES BRASILEIRO! Referência RFQ-0037/2017 - HELMETS, BALLISTIC, LEVEL IIIA PROTECTION

(Link:<https://texas.cebaweb.org/cebaweb/Bids?action=showDocument&documentId=1502371179991&documentType=TERM>)

O próprio Exército, órgão integrante da estrutura regimental do Ministério da Defesa e subordinado diretamente ao Ministro de Estado da Defesa, Raul Jungmann, testa e homologa os capacetes balísticos fabricados no Brasil.

Percebe-se que teste os produtos, se aprovados, são homologados, porém, no momento de adquirir, proíbe que ao menos concorram!

Não se quer impor a aquisição de produto brasileiro, embora a economia e população desempregada precisem de estímulos.

O que se quer é entender a razão de proibir a participação da indústria brasileira, sendo que o próprio órgão licitante aprova os produtos (capacetes).

Aprova/homologa, mas a qualidade não é suficiente para uso das forças armadas.

Há um contrassenso evidente nesta decisão!

Vale ressaltar o Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000, que estabelece normal para fiscalização de produtos controlados pelo Exército, conhecido por R-105, determina que um dos objetivos é o desenvolvimento da indústria nacional desses produtos (art. 2º, V) e, ainda, as autorizações visam salvaguardar os interesses nacionais nas áreas econômicas, da defesa militar, da ordem interna e da segurança e tranquilidade públicas (art. 7º).

Apenas torna ainda mais grave.

Além das razões óbvias que, sinceramente, deveriam obrigar o Exército a adquirir produtos nacionais, gerando empregos, desenvolvimento técnico e estímulo à economia.

Há norma do próprio Poder Executivo determinando que o Exército, quando aprova/homologa os produtos deve ter como objetivo o desenvolvimento

da indústria nacional, salvaguardando os interesses nacionais nas áreas econômicas.

Certamente não é o que fez o Ministério da Defesa aquiescendo com licitação em que proíbe participação de fornecedores brasileiros.

Pelo contrário, houve total desestímulo para indústria brasileira que perderá muito.

Os brasileiros perderão muito além da venda de 10.500 capacetes.

Nossas indústrias que produzem produtos homologados pelo Ministério da Defesa perderão a credibilidade perante os demais compradores, que certamente vão preferir comprar de fornecedores estrangeiros, visto que o próprio órgão que aprova o produto não admite sua compra

Diante do exposto e por entender essencial a publicidade e transparência da motivação das decisões, o presente requerimento visa compreender o **interesse público contemplado nas licitações que proíbem a participação de fornecedores brasileiros, de forma direta ou indireta, pelo Governo Federal.**

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2017.

**Deputado ALEX MANENTE
PPS/SP**



Nota conjunta AI/DEMOB nº 37/2015 e AEX nº 2015/0076
Classificação: Osenso
Unidade Gestora: AI/DEMOB e AEX

Haroldo Fialho Prates
Chefe de Departamento - AI/DEMOB

Laura Oliveira Vidon
Gerente Executiva Substituta - AI/JUIND

Pedro Lins Palmeira Filho
Superintendente Substituto - AI

Paula Schroter Kalache Costa
Chefe de Departamento Substituta -
AEX/DECEX3

Leonardo Roque Nicolay Lagreca
Gerente Executivo - AEX/JNCEX

Carlos Frederico Bráz de Souza
Superintendente - AEX



Operações de Exportação Ativas e Contratadas com o Sistema BNDES - Valores em R\$ para as operações indicadas e em US\$ para as operações de letras, ôcos, apresentadas consolidadas na primeira linha.

PERÍODO: 2003 a 2015

Data Apuração:
20/03/2015

Grupo Especificado Cliente - Silva	PRODUTO	MODALIDADE DE	AGENTE	CNPJ DO AGENTE	CLIENTE	CNPJ DO CLIENTE	ANO DA CONTRATAÇÃO	DATA DA CONTRATAÇÃO	VALOR CONTRATADO	ANO DE OPE	DEMO
MERCEDIS BENZ	EXPORTAÇÕES - PRF-EMBARQUE	Outra	N/A	N/A	MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA.	5010427300129	2006	2010	212.712.250	2006	DECEX4
MERCEDES BENZ	EXPORTAÇÕES - PRF-EMBARQUE	Indireta	BANCO BRADESCO S/A	00746548000112	MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA.	5010427300129	2013	2013	210.000.000	2013	DECEX3
MERCEDES BENZ	EXPORTAÇÕES - PRF-EMBARQUE	Indireta	BANCO DO BRASIL S/A	000000000001	MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA.	5010427300129	2013	2013	66.000.000	2013	DECEX3
MERCEDES BENZ	EXPORTAÇÕES - PRF-EMBARQUE	Indireta	BANCO ITAU BBA S/A	1729808000131	MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA.	5010427300129	2013	2013	70.000.000	2013	DECEX3
MERCEDES BENZ	EXPORTAÇÕES - PRF-EMBARQUE	Indireta	BANCO BRADESCO S/A	00746548000112	MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA.	5010427300129	2014	2014	20.000.000	2014	DECEX3
MERCEDES BENZ	EXPORTAÇÕES - PRF-EMBARQUE	Indireta	BANCO DO BRASIL S/A	000000000001	MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA.	5010427300129	2014	2014	50.000.000	2014	DECEX3
MERCEDES BENZ	EXPORTAÇÕES - PRF-EMBARQUE	Indireta	BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A	0400000200142	MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA.	5010427300129	2014	2014	10.000.000	2014	DECEX3
MERCEDES BENZ	EXPORTAÇÕES - PRF-EMBARQUE	Indireta	ITAU UNIBANCO S/A	000100000104	MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA.	5010427300129	2014	2014	20.000.000	2014	DECEX3